

## Índice

Ter filhos, a melhor defesa da identidade.....	1
--	---

### Ter filhos, a melhor defesa da identidade

O discurso do travão à imigração é rentável na atual política europeia, tanto para os partidos classificados como xenófobos, como para os progressistas estilo Macron que devem demonstrar a sua firmeza. Mas o problema demográfico mais premente não é a chegada de imigrantes, mas a escassa natalidade europeia.

Embora ninguém defenda hoje uma política de portas abertas, há que cuidar a linguagem e os motivos que se invocam. Por não tê-lo em conta, mergulhou num escândalo mediático o italiano Attilio Fontana, candidato da Liga Norte a presidente da rica região da Lombardia nas últimas eleições de 4 de março, onde aliás foi eleito. Num país que nos dois últimos anos viu chegar às suas costas 300 000 imigrantes – em muitos casos, amontoados em frágeis embarcações –, Fontana repetiu o que muitos outros dizem: “A Itália não pode aceitar todos”. Mas invocou um motivo incómodo: “Temos de escolher se a nossa etnia, se a nossa raça branca, se a nossa sociedade devem continuar a existir ou devem ser eliminadas. Se os aceitássemos a todos, já não seríamos nós a realidade social, a realidade étnica”.

Cartão vermelho. Invocar a defesa da raça e da cultura em face do invasor é muito mal visto, a não ser que se seja um ameríndio mapuche ou uma tribo amazônica. Mas se se trata de um europeu branco de uma região rica, o tema é tabu. Neste mundo multicultural e mestiço não se pode ver o “outro” como um perigo. Contudo, entre o eleitorado da Liga Norte – que já governa na Lombardia – essa preocupação está presente. Por isso, o líder do partido, Matteo Salvini, defendeu o seu candidato e voltou a dar a mesma nota: “Estamos

ameaçados, está em risco a nossa cultura, sociedade, tradições, modo de viver. Existe uma invasão em curso”.

Mesmo que essa invasão seja de pessoas mais necessitadas do que conquistadoras, os números são inegáveis. A Itália está a suportar a maioria dos encargos com a imigração irregular no Mediterrâneo, tendo uma ajuda escassa por parte dos outros países da UE. Em 2016, segundo dados do Ministério do Interior, foram resgatados e desembarcaram 181 436 imigrantes. Em 2017, graças a ações preventivas e à colaboração com a Líbia, o fluxo migratório foi reduzido para 119 369 entradas. Daí, não haver partido político italiano que defenda uma política de portas abertas, embora não seja partilhada a ideia de “invasão” que a Liga Norte denuncia.

#### Macron: ordem sem xenofobia

Também em França, o presidente Emmanuel Macron optou por um endurecimento da política migratória, com o risco de manchar a sua aura de liberal progressista. Em 15 de janeiro deste ano, visitou Calais, símbolo do descontrolo da política migratória europeia, onde em finais de 2016, as autoridades francesas desmantelaram o acampamento de barracas conhecido como A Selva, no qual 8000 pessoas esperavam dar o salto para a Grã-Bretanha. E aí deixou a mensagem de que não dará tréguas à imigração irregular e respondeu ao fogo amigo que lhe chegou de alguns aliados devido à sua firmeza nos controlos e expulsões de imigrantes sem papéis. “Senhor Macron, a sua política contradiz o humanismo que promove”, escreveram-lhe alguns intelectuais afins num artigo publicado no “Le Monde”.

Mas, neste tema, a Macron inquieta mais o sentir popular do que as tribunas críticas no “Le Monde”. Não é em vão que teve de disputar a presidência a Marine Le Pen, que ergue o estandarte da anti-imigração, e Emmanuel Macron necessita de demonstrar que pode haver ordem nas fronteiras sem xenofobia.

Sem grandes parangonas, duas circulares do Ministério do Interior haviam demonstrado já a mão dura contra a imigração irregular: a primeira ordenava que fosse acelerada a expulsão dos solicitadores de asilo que tivessem visto recusado o seu pedido; a segunda permitia à polícia entrar nos abrigos para controlar a situação migratória dos que aí residem.

Em Calais, Macron quis deixar claro que a sua política migratória irá distinguir entre os refugiados que pedem asilo por motivos políticos e os imigrantes económicos. Os primeiros serão examinados o seu pedido de acordo com as leis, em menos de seis meses, conforme prometia o seu programa eleitoral. Mas os que não forem admitidos serão expulsos.

### Triagem de requerentes de asilo

A travagem na imigração é visível já nos números do ano passado sobre expulsões e recusas na fronteira. Segundo as estatísticas do Ministério do Interior, as deportações de “estrangeiros em situação irregular” foram de 14 859, 14,6 % mais do que em 2016; a não admissão de estrangeiros nas fronteiras afetou 85 408 pessoas, 34 % mais do que no ano anterior.

Apesar de tudo, a França alcançou, em 2017, o máximo até agora de pedidos de asilo, com 100 412, o que significa 17 % mais do que em 2016. No mesmo período, foram aprovados 43 000. Os que veem o seu pedido recusado, engrossam frequentemente o total de imigrantes sem papéis, que se estima em 300 000 num país de 67 milhões de habitantes. E o que Macron pretende, é assegurar que os rejeitados não se instalem na ilegalidade e voltem para os seus países de origem.

“Não posso dar papéis a todos os que não os têm”, disse Macron, o que não é muito diferente da frase “a Itália não pode aceitar todos os imigrantes”, de Fontana. Como distinguir entre requerentes de asilo e imigrantes económicos é a questão, talvez irresolúvel. Não poucas vezes ser perseguido pela pobreza é tão dramático como ser perseguido pelo tirano.

Para a primavera, agora, Macron anunciou uma lei que constituirá “uma refundação completa da política de asilo e de imigração”. Tudo indica que irá na linha de um maior controlo das saídas nos países de origem, um filtro mais seletivo do asilo com expulsões forçadas e uma tentativa de melhor integração dos admitidos.

### O que ameaça a identidade nacional

O endurecimento da política de imigração mostra-nos uma Europa envelhecida, que precisa tanto como necessita de uma população jovem imigrante. Os que, como a Liga Norte, clamam contra uma invasão de estrangeiros que pode arruinar as essências da raça e da tradição cultural, deveriam apoiar a solução que melhor garante a continuidade: que as italianas tenham mais filhos.

No entanto, o número de nascimentos e a fecundidade estão em crise desde há vários anos. Com uma população de 60,6 milhões, em 2016, a Itália registou um saldo natural negativo de 150 000 pessoas, um défice mais grave do que em anos anteriores. A fecundidade foi baixando até um mínimo de 1,35 filhos por mulher, e o fenómeno da insuficiente natalidade consolida-se pela descida do número de mulheres em idade de terem filhos. Segundo dados do Instituto Italiano de Estatística, dos 11 milhões de mulheres em idade de conceber, metade delas não tem filhos ainda.

As estatísticas mostram também que quanto mais se atrasa a primeira maternidade, menos filhos se têm. Testemunhas disso, os dois países mediterrânicos em pior situação: Itália, com 30,8 anos de idade de primeira maternidade e uma taxa de fecundidade de 1,35, e a Espanha, com 30,7 anos e uma taxa de fecundidade de 1,33, em 2015. Sem chegar a isso, a média europeia está em quase 29 anos.

Perante estes dados, a maior ameaça para a sobrevivência da cultura e da prosperidade italiana – e o mesmo pode dizer-se de outros países europeus – é a falta de nascimentos nacionais. Daí que, antes das últimas eleições, o Foro de las Familias, presidido por Gigi De Palo, tenha pedido aos partidos que, acima das suas divergências, apoiem um “pacto pela natalidade”, concretizado em ajudas por filho e medidas para que as mães possam conciliar trabalho e lar.

Se a escassez de filhos e o envelhecimento da população põe em risco o futuro, uma injeção de população jovem, como costuma ser a imigrante, é um reconstituente para a disponibilidade de mão de obra, o financiamento das pensões e os cuidados a ter com os idosos.

Segundo as projeções do Eurostat (ver gráfico apresentado em “Aceprensa”), para 2050, apenas em França, Irlanda, Noruega e Reino Unido crescerá a população, ainda sem necessidade de imigrantes. Pelo contrário, sem a contribuição dos chegados de fora, Alemanha e Itália veriam descer a sua população em 18 % e 16 %, respetivamente.



## Uma injeção de juventude para a Alemanha

A contribuição dos imigrantes pode ser também uma ajuda para a Alemanha, cujo impulso económico está limitado por uma crescente escassez de trabalhadores jovens. Na Alemanha, já se morre mais do que se nasce, com um saldo natural negativo de 187 000 em 2015. Mas começam a sentir-se os efeitos de uma política de apoio à família, posta em prática durante o primeiro mandato de Angela Merkel. Entre o leque de [ajudas](#), destaca-se a prestação parental, para compensar o salário perdido pela dedicação ao cuidado dos filhos, e o subsídio por filho (em torno de 200 euros mensais), além do aumento do número de lugares em creches.

Com esta política, a taxa de fecundidade cresceu de 1,35 em 2011, para 1,50 em 2015, e o número de nascimentos alcançou um novo pico de 792 000. Mas muitos demógrafos pensam que a forte subida da imigração desde 2009 foi decisiva para o relançamento da natalidade. Em 2015, a Alemanha teve um saldo migratório líquido de 1 151 000. E a taxa de fecundidade das mulheres de origem estrangeira era de 1,95 em 2015.

Isto tem duas leituras. Para os que destacam a dificuldade de integrar uma imigração em massa de pessoas de outras raízes culturais e maior fecundidade, isto será uma fonte de problemas. Para os que preferem fixar-se no dinamismo que pode trazer uma população jovem com vontade de trabalhar, esta injeção migratória pode ser uma oportunidade.

## A imigração não bastará

Os solicitadores de asilo dirigiram-se em 2014 e 2015 sobretudo para os países que tinham uma política de acolhimento mais aberta e mais oportunidades de emprego, como a Alemanha e a Suécia. Mas isto tem pouco a ver com a situação demográfica dos países de acolhimento.

Em 2015, os dois países da UE com uma taxa de fecundidade mais próxima de 2,1 – taxa requerida para a renovação da população – eram França (1,96) e Irlanda (1,92), seguidas pela Suécia (1,85) e pelo Reino Unido (1,80). Estes países, que têm um saldo natural positivo e uma taxa de fertilidade comparativamente elevada, não necessitam de um reforço de população imigrante.

Mas embora a França tenha sido durante anos uma exceção na Europa pela sua elevada natalidade – favorecida por uma generosa política de subsídios familiares –, nos últimos tempos verifica-se uma mudança. A taxa de fecundidade caiu para 1,88 filhos por mulher em 2017, e a diferença entre nascimentos e mortes (164 000) situa-se ao nível mais baixo desde a Segunda Guerra Mundial. Será o começo do fim da singularidade francesa?

Em sentido contrário, as mais baixas taxas de fecundidade, em 2015, aconteciam na Itália (1,35), Grécia e Espanha (ambas com 1,33), Polónia (1,32) e Portugal (1,31). Mas, exceto no caso de Itália, por ser o primeiro país a que chegaram, os refugiados não permaneceram nestes países, que estão a sair da sua própria crise económica e não oferecem muitas oportunidades de emprego.

Na Polónia, apesar de uma ampla adesão ao catolicismo, a taxa de fecundidade é uma das mais baixas da Europa, e o país teve um crescimento natural negativo de 25 600 pessoas em 2015. Preocupado com a situação, o governo do partido Lei e Justiça aumentou os lugares em creches e em escolas infantis, e criou um subsídio de 120 euros mensais a partir do segundo filho, sem condições de rendimento familiar. Algum efeito se começa a notar, pois em 2016, a fecundidade teve uma ligeira subida para 1,36 filhos por mulher. Mas há outros obstáculos estruturais à natalidade, como a escassez de habitações, a taxa de emprego temporário mais elevada da Europa (27 %) e a extensão da licença por maternidade (até um ano), que pode dissuadir as empresas de contratar mulheres na idade de conceberem.

Os demógrafos dizem-nos que, mesmo que se mantivesse a imigração na Europa no nível atual, seria insuficiente para compensar o défice de nascimentos nacionais, pelo que a maioria dos países mediterrânicos e da Europa do Leste perderiam população (ver gráfico). Mas então faz pouco sentido ver como “invasores” os imigrantes, quando o problema tem a ver com que os casais nacionais se decidam a ter esses filhos tantas vezes adiados.

I. A.